



Em  sociedade

APRESENTAÇÃO

Os desafios do enfrentamento ao crime organizado na sociedade brasileira

Luís Flávio Saporí¹

A dinâmica da criminalidade na sociedade brasileira passou por importantes mudanças nas últimas décadas. Não estamos lidando apenas com criminosos singulares ou mesmo pequenas quadrilhas dedicadas a roubos e furtos.

À medida que o mercado das drogas ilícitas foi se expandindo, as organizações criminosas também foram se aperfeiçoando e se profissionalizando. Afirmar que o crime organizado se tornou o principal desafio da segurança pública no país não é exagero.

A despeito de algumas controvérsias conceituais, o crime organizado diz respeito a coletivos compostos por criminosos dotados de hierarquia de poder e divisão de trabalho, dedicados a negócios ilegais, pautados pela busca da lucratividade e pela racionalidade empresarial. Em outras palavras, são verdadeiras empresas do crime.

No caso brasileiro, o crime organizado está presente no furto e roubo de veículos, no contrabando de mercadorias, no jogo do bicho e, obviamente, no tráfico de drogas. E não devemos ignorar as milícias que se alimentam da proteção mediante extorsão. A expressão ‘facções criminosas’ que tem sido muito utilizada no debate público quando se menciona o PCC e o CV, deve ser compreendida sob a perspectiva de organizações criminosas com o perfil

¹ Coordenador do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado *stricto sensu* em Ciências Sociais da PUC/MG. <https://orcid.org/0000-0002-3398-7249>

empresarial acima delineado. Se podem ou não serem caracterizadas como ‘Máfias’ é discussão mais complexa a merecer atenção em outro momento.

O foco aqui é reconhecer que a principal manifestação do crime organizado na sociedade brasileira reside na produção e comercialização de drogas ilícitas.

O crime organizado constitui séria ameaça ao Estado Democrático de Direito como também consolida as desigualdades socioeconômicas. Sua relação com o aparato estatal é simbiótica e não competitiva. Não pode ser confundido com terrorismo. São realidades completamente distintas. Organizações criminosas com perfil empresarial não têm a pretensão de destituir o Estado, mas tão somente se utilizar de suas estruturas para maximizar ganhos econômicos. Em alguns contextos sociais podem implementar mecanismos sofisticados de governança criminal, impondo-se como lei e ordem em territórios delimitados. Não estão imbuídos da justiça social. Ao contrário, extorquem moradores e usam da violência como recurso de controle social. A qualidade dos serviços públicos fica comprometida pela mediação que exercem no provimento destes. Em algumas capitais e regiões metropolitanas do país a governança criminal é realidade inquestionável. A Amazônia também tem sido terreno fértil para a proliferação de formas perversas de governança criminal, afetando diretamente a qualidade de vida e a sobrevivência de comunidades indígenas. São recorrentes o aliciamento juvenil, a exploração sexual de mulheres e meninas, a corrupção de lideranças e a desagregação de práticas culturais e rituais.

O sistema prisional é outra faceta do fenômeno. As facções criminosas que pervadem os diversos estados se originaram, em boa medida, no interior das prisões brasileiras. As histórias do CV e do PCC são sintomáticas nesse aspecto. As condições precárias do encarceramento, tais como a superlotação, a violência institucional a escassez de recursos materiais e humanos, a fragilidade da governança estatal, configuraram um ambiente favorável à formação de coletividades criminosas mais complexas. Não há mais como separar a atuação do crime organizado sem considerar as redes de intercâmbio e comunicação estabelecidas entre o ambiente interno e o ambiente externo das prisões.

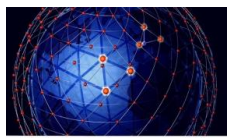
O diagnóstico até aqui explicitado é melhor detalhado nos três primeiros artigos publicados nesse Dossiê Temático da Revista Em Sociedade. Evidências empíricas consistentes sustentam a conclusão de que a gravidade da situação exige resposta efetiva por parte do aparato estatal na sociedade brasileira. A tarefa é complexa. Não há medidas milagrosas que solucionem

o problema a curto prazo. É preciso ter em mente que a estratégia a ser adotada não é aniquilar o crime organizado. Nenhuma sociedade contemporânea alcançou tal proeza, mesmo aquelas que se notabilizaram internacionalmente pela efetividade no enfrentamento das Máfias, como são os casos da Itália e dos Estados Unidos da América. Estratégia mais pragmática é o enfraquecimento dos poderes econômico, político, bélico e territorial do crime organizado na sociedade brasileira.

Os dois últimos artigos desse Dossiê se debruçam sobre essa questão. Convergem na constatação de que o aparato estatal não está devidamente organizado para enfrentar com efetividade o crime organizado. O Brasil possui imensas fronteiras terrestres, muitas das quais desprotegidas e sem vigilância adequada e desta forma a cocaína proveniente dos países andinos tem ingressado em nosso território por rotas diversas, aéreas, terrestres e fluviais. A facilidade do escoamento dessa droga até portos e aeroportos para então ser remetida para Europa, África e Ásia tornou o território brasileiro *hub logístico* estratégico no tráfico internacional. A atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na vigilância das fronteiras ainda padece de sérias limitações de recursos humanos e materiais a despeito dos avanços tecnológicos incorporados. Não bastasse isso, a fragmentação institucional, diferenças culturais entre órgãos e diversidades de atribuições dificultam a integração das inteligências e de ações operacionais mais longevas, especialmente no que diz respeito a repressão à lavagem de dinheiro e ao contrabando de armas de fogo.

O caminho a ser perseguido exige integração e cooperação entre agências estatais e entre entes federados. Necessitamos de melhor coordenação no uso dos recursos de inteligência e de segurança, em torno de objetivos claros, precisos. O compartilhamento de informações entre diferentes organizações – polícias federais, estaduais, ministérios públicos, Receita Federal, Forças Armadas, órgãos de inteligência – é crucial para a diminuição do poderio do crime organizado.

Apresentei sucintamente os conteúdos dos artigos selecionados para a composição desse Dossiê que está em consonância com os objetivos da Revista Em Sociedade, quais sejam, promover o debate sobre questões das ciências sociais em suas várias manifestações e contribuir com a disseminação da produção científica. Acrescento que os artigos publicados nessa edição especial contribuem e muito para a formulação de políticas de segurança pública na sociedade brasileira. Pesquisas de opinião recentemente realizadas têm reafirmado como esse tema



assumiu protagonismo entre as maiores preocupações dos brasileiros que se manifestam descrentes na capacidade dos governantes encontrarem soluções. Pois já passou da hora de lidarmos com a segurança pública com achismos e meros vieses ideológicos. O conhecimento científico produzido pelas ciências sociais tem muito a contribuir na busca dessas soluções. É preciso assumirmos o compromisso com uma política de segurança pública baseada em evidências. Essa é a perspectiva que lastreia esse Dossiê. Boa leitura!